

**SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES**  
**COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO**  
**AVISO DE ESCLARECIMENTO Nº 12**

**Processo:** MTR-PRO-2025/15873

**Concorrência:** CO SMTR nº 001/2025

**Objeto:** Seleção das PROPOSTAS mais vantajosas para a delegação, mediante CONCESSÃO COMUM, sem exclusividade, da PRESTAÇÃO DO SERVIÇO PÚBLICO DE TRANSPORTE COLETIVO DE PASSAGEIROS POR ÔNIBUS, designado REDE INTEGRADA DE ÔNIBUS ("SISTEMA RIO") do MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO

**PERGUNTA:** Atualmente, a despeito do regime de tributação monofásica do ICMS sobre combustíveis, vigora no Estado do Rio de Janeiro uma política fiscal de desoneração para as operações com óleo diesel e biodiesel, quando destinados às empresas concessionárias ou permissionárias de transporte coletivo urbano de passageiros e que eventualmente se renova anualmente através de Decreto estadual. Em linhas gerais, o benefício fiscal consiste na concessão, ao contribuinte posterior da cadeia, de um crédito presumido sobre o ICMS pago pela distribuidora ou refinadora.

Conforme a previsão da legislação de regência vigente, em especial do Decreto estadual nº 48.487/2023, o crédito presumido para as empresas concessionárias ou permissionárias de transporte coletivo urbano de passageiros corresponde a 50% da alíquota "ad rem" do ICMS de que trata o inciso I da cláusula sétima do Convênio ICMS nº 199/2022, com a redação dada pelo Convênio ICMS nº 113/2025, do CONFAZ (R\$ 1,17/litro).

Por ser o óleo diesel ou biodiesel um insumo altamente representativo na estrutura de custos da futura CONCESSIONÁRIA, entende-se que quaisquer alterações normativas, administrativas ou eventual não renovação que resultem na reoneração ou majoração desse encargo tributário (ICMS) desencadeará, em favor da CONCESSIONÁRIA, um procedimento de reequilíbrio econômico-financeiro.

Está correto o entendimento acima?

**RESPOSTA:** A não renovação do crédito do ICMS previsto no art. 1º do Decreto nº 48.487, de 27 de abril de 2023, do Estado do Rio de Janeiro, não ensejará reequilíbrio econômico-financeiro em favor do CONCESSIONÁRIO, uma vez que o Anexo I.9 do Edital, que cuida do Estudo Econômico de Referência, não considera o referido crédito nos seus termos.